



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS
LÍNGUA PORTUGUESA

A PRESENÇA DA MEMÓRIA ANCESTRAL NA LITERATURA
JUVENIL INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: uma
análise crítica de O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría, de
Yaguarê Yamã.

São Bernardo - MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

de Sousa Lima, Samia.

A PRESENÇA DA MEMÓRIA ANCESTRAL NA LITERATURA JUVENIL
INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA : uma análise crítica de
O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría, de Yaguarê Yamã
/ Samia de Sousa Lima. - 2025.
25 f.

Orientador(a): Rayron Lennon Costa Sousa.

Monografia (Especialização) - Curso de Linguagens e
Códigos - Língua Portuguesa, Universidade Federal do
Maranhão, São Bernardo, 2025.

1. Memória Ancestral. 2. Literatura Indígena. 3.
Indigenidade. 4. O Caçador de Histórias/sehay Ka'at
Haría. 5. Yaguarê Yamã. I. Lennon Costa Sousa, Rayron.
II. Título.

SÂMIA DE SOUSA LIMA

**A PRESENÇA DA MEMÓRIA ANCESTRAL NA LITERATURA JUVENIL
INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: uma análise crítica de O
Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría, de Yaguarê Yamã.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Licenciatura em Linguagens e
Códigos Língua Portuguesa, da Universidade
Federal do Maranhão, Centro de Ciências de
São Bernardo, para a obtenção do grau de
Licenciada em Linguagens e Códigos Língua
Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Rayron Lennon Costa
Sousa

São Bernardo - MA

2024

SÂMIA DE SOUSA LIMA

**A PRESENÇA DA MEMÓRIA ANCESTRAL NA LITERATURA JUVENIL
INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: uma análise crítica de O
Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría, de Yaguarê Yamã.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso Licenciatura em Linguagens e
Códigos Língua Portuguesa, da Universidade
Federal do Maranhão, Centro de Ciências de
São Bernardo, para a obtenção do grau de
Licenciada em Linguagens e Códigos Língua
Portuguesa.

Aprovada em: ____/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa - UFMA

Prof. Esp. Pedro Fontes Ramos (UFMA-Membro Interno)

Prof^a. Esp. Larissa de Menezes Costa - UFMA (Membro Externo)

A PRESENÇA DA MEMÓRIA ANCESTRAL NA LITERATURA JUVENIL INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: uma análise crítica de *O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*, de Yaguarê Yamã.

Sâmia de Sousa Lima¹

Orientador: Prof. Dr. Rayron Lennon Costa Sousa²

Resumo: A literatura juvenil indígena brasileira contemporânea emerge como um espaço necessário para a preservação e valorização da memória ancestral dos povos indígenas. Assim, este artigo realiza uma análise crítica da obra "*O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*", do escritor indígena Yaguarê Yamã, com o intuito de explorar como essa literatura contribui para o resgate e a reintegração de mitos, lendas e saberes tradicionais nas narrativas contemporâneas. A obra de Yamã é um exemplo significativo de como a escrita indígena atua não apenas como uma forma de manter vivas as tradições culturais de seus povos, mas como um meio de resistência contra a opressão cultural e a marginalização histórica dos povos indígenas. Assim, busca-se investigar a maneira como a memória ancestral é evocada e reinterpretada por Yamã, destacando como seus elementos narrativos contribuíram para fortalecer e afirmar a identidade cultural indígena dentro do contexto brasileiro. A análise proposta foca na forma como a escrita de Yamã contribui para a construção de uma identidade indígena que é simultaneamente enraizada no passado e conecta-se com o presente. Através da obra foi possível observar a capacidade da literatura indígena de servir como um meio de resistência cultural, ao mesmo tempo promover uma maior compreensão e apreciação das tradições e contribuições dos povos indígenas para a identidade nacional brasileira. Portanto, a pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda da literatura indígena como um veículo de resistência cultural e afirmação da indigenidade, destacando sua relevância na construção de uma sociedade mais inclusiva e que respeite e valorize a diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Memória ancestral; Literatura Indígena; Indigenidade; *O caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*; Yaguarê Yamã

Abstract: Contemporary Brazilian indigenous youth literature emerges as a necessary space for the preservation and valorization of the ancestral memory of indigenous peoples. Thus, this article carries out a critical analysis of the work "*O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*", by the indigenous writer Yaguarê Yamã, with the aim of exploring how this literature contributes to the rescue and reintegration of myths, legends and traditional knowledge in contemporary narratives. Yamã's work is a significant example of how indigenous writing acts not only as a way of keeping the cultural traditions of its peoples alive, but also as a means of resistance against cultural oppression and the historical marginalization of indigenous peoples. Thus, the aim is to investigate the way in which ancestral memory is evoked and reinterpreted by Yamã, highlighting how its narrative elements contributed to strengthening and affirming indigenous cultural identity within the Brazilian context. The proposed analysis focuses on how Yamã's writing contributes to the construction of an indigenous identity that is simultaneously rooted in the past and connected to the present. Through this work, it was possible to observe the capacity of indigenous literature to serve as a means of cultural resistance, while at the same time promoting a greater understanding and appreciation of the traditions and contributions of indigenous peoples to the Brazilian national identity. Therefore, the research contributes to a deeper understanding of indigenous literature as a vehicle of cultural resistance and affirmation of indigeneity, highlighting its relevance in the construction of a more inclusive society that respects and values Brazilian cultural diversity.

Keywords: Ancestral memory; Indigenous literature; Indigeneity; The story hunter; Yaguarê Yamã

¹ Licencianda em Linguagens e Códigos Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

² Doutor em Letras (UFPI), Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal (PPGLB) e Professor Adjunto do Curso de Linguagens e Códigos Língua Portuguesa da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

INTRODUÇÃO

A literatura indígena brasileira contemporânea tem se consolidado como um espaço de resistência e valorização da memória ancestral de seu povo, servindo como uma ponte entre o passado e o presente cuja história foi, durante séculos, marginalizada ou silenciada. Autores indígenas como, por exemplo, Yaguarê Yamã, desempenham um papel crucial nesse processo, no qual fazem da escrita uma ferramenta poderosa para resgatar e valorizar mitos, lendas e saberes tradicionais, o que contribui para a revitalização cultural e reafirmação da identidade de seus povos, uma vez que essas narrativas não apenas preservam a memória coletiva, mas contribuem para a (re)construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente da diversidade cultural que compõe o Brasil, na contramão de suas várias narrativas fundadoras.

Neste artigo propomos uma análise crítica da presença da memória ancestral na literatura indígena brasileira contemporânea, com foco particular na obra "*O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*", do escritor indígena Yaguarê Yamã. Através dessa análise, pretendemos investigar como a memória ancestral é evocada e reinterpretada, e como esse movimento se traduz em uma poderosa ferramenta para a afirmação identitária, pois compreendemos que a escrita para Yamã transcende o simples ato de narrar, ela se torna um meio de resistência contra a opressão cultural e uma afirmação do direito à existência e à preservação das tradições indígenas. (Yamã, 2004, p. 41)

O objetivo principal é compreender de que maneira a memória ancestral, resgatada e reintegrada nas narrativas indígenas contemporâneas, contribui para a manutenção e fortalecimento da identidade cultural dos povos indígenas fomentando a possibilidade de pertencimento a partir da leitura literária dessa produção. Assim, é notório que a obra de Yaguarê Yamã oferece um rico material para nossa análise, uma vez que não só preserva histórias tradicionais, mas atualiza e conectando-as às realidades contemporâneas dos povos, movimentando o leitor em inúmeras zonas de significação.

Algumas questões motivaram e estruturaram essa pesquisa, a saber: Quais são os elementos narrativos e estilísticos que Yamã utiliza para tecer essa ponte entre passado e presente? Como essas narrativas podem impactar a percepção da sociedade brasileira sobre os povos indígenas e suas heranças culturais? E finalmente, como a literatura indígena Brasileira contemporânea contribui para a reescrita da historiografia literária?

A metodologia da pesquisa é básica, precedida de revisão bibliográfica, caracterizada como análise-crítica qualitativa, tendo como *corpus* de análise a Obra *O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*, do escritor indígena Ozias Gloria de Oliveira Yaguarê Yamã,

publicada em 2004. Como aporte teórico, recorreremos aos autores como Graúna (2013), Potiguara (1975), Nora (1993), entre outros(as).

Portanto, intentou-se contribuir para uma maior visibilidade da literatura indígena como resultado de processos de pertencimento, insubmissão, autoria e ineditismo na cena literária, especialmente como resultado de mudanças das últimas décadas, o que se mostra como um espaço de resistência cultural e como um instrumento vital para a continuidade e preservação das tradições indígenas no Brasil, estando esta pesquisa a dar visibilidade a autorias invisibilizadas, como Yaguarê Yamã e tantas outras que não conseguem chegar aos leitores, neste caso, aos jovens, o que produz uma lacuna enorme que buscamos, diariamente, diminuir.

1. POR UMA LITERATURA JUVENIL INDÍGENA: breves apontamentos

O universo das Literaturas Indígenas no Brasil, especificamente nesta discussão, da Juvenil, tem se intensificado e está em constante expansão em virtude das novas perspectivas críticas e sociais oriundas das pautas identitárias, que desempenham um papel fundamental para a preservação e valorização das culturas e memórias ancestrais desses povos, assim como tornam as visibilizadas a partir das potências da literatura e da abertura do mercado editorial para a publicação dessa temática.

Na acepção de um novo momento para a produção literária de autoria e temática indígena, especificamente a produzida por esses próprios sujeitos a partir de suas vivências, no Brasil se floresce a partir de uma diversidade de vozes e temáticas que refletem a pluralidade e a força das culturas indígenas que existem, resistem e reexistem historicamente. É notório perceber que escritores e escritoras indígenas estão escrevendo em português, ou seja, na língua do colonizador, em virtude da necessidade de publicação de suas obras e da imposição do mercado editorial, considerando a cultura dominante. Isso se dá ao mesmo tempo que cresce e se diversifica a produção literária a partir de uma ampla gama de temas, que vão desde a tematização das tradições ancestrais às questões contemporâneas enfrentadas pelas comunidades indígenas, como a disputa por terras, a preservação da natureza e a afirmação identitária, paralelamente às tentativas de rompimento com os estereótipos e estigmas que ainda recaem sobre a identidade indígena e suas dinâmicas.

No tocante à produção destinada aos jovens e considerando o ineditismo do mercado editorial em disponibilizar uma certa diversidade de obras de temática indígena, ainda que de forma tímida, se soma às ações dos programas governamentais, a exemplo do PNLD Literário,

cuja dinâmica não apenas proporciona um contato com novas temáticas, mas a possibilidade de os leitores se reconhecerem e se orgulharem de suas raízes culturais, no sentido, ainda, de educar jovens não-indígenas sobre a presença, riqueza e a diversidade das culturas indígenas brasileiras, apresentando e reescrevendo a história oficial do Brasil a partir de outras vozes e momentos.

Para a autora indígena Graça Graúna (2013, p. 15), a literatura indígena contemporânea representa [...] “um espaço utópico (de sobrevivência), uma variante do épico que é tecida pela oralidade; um local onde se encontram vozes silenciadas e exiladas que são transformadas em escrita”. Para ela, esse espaço literário deve ser exclusivamente ocupado por escritores indígenas, uma vez que são eles os legítimos portadores das narrativas de suas próprias lutas e histórias. Nessa acepção a presença de autores indígenas é fundamental para garantir a autenticidade e a representação genuína das experiências e perspectivas dos povos indígenas na literatura. Para Graúna, é fundamental que as histórias sejam contadas a partir de uma perspectiva interna e verdadeira, o que ratifica nossa assertiva desse movimento fortalecer a escrita de uma nova versão da história do Brasil.

Apesar da falta do seu reconhecimento na sociedade letrada, as vozes indígenas não se calam. O seu lugar está reservado na história de um outro mundo possível. Visando à construção desse mundo, os textos literários de autoria indígena tratam de uma série de problemas e perspectivas que tocam na questão identitária e que devem ser esclarecidos e confrontados com os textos não indígenas, pois trata-se de uma questão muito delicada e muito debatida hoje entre os escritores indígenas (Graúna, 2013, p. 55)

A partir do que discute essa autora, é perceptível que nas últimas décadas houve a emergência de uma Literatura Infantil e Juvenil Indígena que atuasse como resposta ao apagamento da tradição indígena, o que só acontece, efetivamente, com a inclusão das vozes indígenas que se tornaram conhecidas, via de regra, apenas nas últimas duas décadas, em virtude do que podemos significar como resultado da busca por um lugar de fala, pelas pautas levantadas pelos movimentos sociais e tantas outras ações na reivindicação política e identitária.

A Literatura Indígena Brasileira Contemporânea é datada da década de 1990, pois anterior a esse período raríssimas são as obras assinadas por indígenas, cujo cenário se fortalecia da autoria não-indígena e todos os seus problemas de representação, visibilidade e arquétipos em torno deles. Contudo, antes da década de 90, como mencionado, a mobilização já acontecia, bem incipiente, em torno de uma produção de temática e autoria indígena, como podemos observar no poema *Identidade Indígena*, de Eliane Potiguara, publicado em 1975:

Nosso ancestral dizia: temos vida longa!
 Mas caio da vida e da morte
 E range o armamento contra nós.
 Mas enquanto eu tiver o coração aceso.
 Não morre a indígena em mim e
 Nem tão pouco o compromisso que assumi
 Perante os mortos
 De caminhar com minha gente passo a passo
 E firme, em direção ao sol.
 Sou uma agulha que ferve no meio do palheiro
 Carrego o peso da família espoliada
 Desacreditada, humilhada
 Sem forma, sem brilho, sem fama (Potiguara, 1975, S/P).

Potiguara reivindica, desde a década de 1970, o lugar de fala e pertencimento indígena, afirmando ser um compromisso que assumiu com seus antepassados. Mesmo hoje, é evidente que a produção literária indígena contemporânea enfrenta problemas de visibilidade, para positivar suas representações e demonstrar as potencialidades de seus povos, representando de forma autêntica as vivências, os conhecimentos e as tradições, ao mesmo tempo que reivindicam que esses próprios povos contem suas histórias. Nesta cena, é importante mencionar que surgiu, no século XXI, um grupo de vozes dissonantes, entre elas, a de Yaguareê Yamã, que pertence ao povo Maraguá e tem dedicado sua vida, nos últimos 23 anos, a registrar e ficcionalizar as histórias que guardam a realidade de seu povo, os valores de sua cultura e dos povos indígenas como um todo.

Em obras como *O Caçador de Histórias/ Sehay Ka'at Haría*, publicada em 2004, Yamã retoma elementos da tradição oral para criar narrativas envolventes e educativas que apresenta e ensinam jovens sobre mitos, lendas e práticas culturais de seu povo, na direção do que consideramos ser uma prática de Multiletramentos, entre a perspectiva do literário, do étnico-racial e do empoderamento, o que acaba por envolver, a partir do sentimento de pertencimento do qual discorreu a escritora Potiguara, uma crucial ação para a formação e fortalecimento da autoestima de jovens, especificamente, as indígenas.

Nessa acepção, a Literatura Juvenil se torna uma materialidade de extrema importância para a visibilidade da produção literária indígena, bem como para os multiletramentos, tanto para indígenas quanto para não-indígenas, pois vai além da simples transmissão de histórias, desempenhando uma significativa importância para a (re)construção da identidade cultural de seus leitores que, via de regra, estão em processo de formação. Os jovens ao verem suas culturas representadas de maneira positivada e autêntica têm a possibilidade de desenvolverem um senso de pertencimento e, ao mesmo tempo, uma autoestima através do orgulho de suas origens,

rompendo com os processos de discriminação e marginalização que são, historicamente, fortalecidos pela classe dominante.

Sob outra ótica, a Literatura Juvenil Indígena contribui para a preservação de suas línguas, muitas das quais estão em risco de extinção, embora as narrativas que circulem não sejam publicadas nessas línguas, percebemos a presença de palavras ou metáforas a partir das especificidades culturais e simbólicas da etnia. Contudo, segundo o último censo do IBGE, de 2022, o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas, o que representa 88% a mais do que o apontado no censo de 2010, o que inclui mais de duzentas e setenta línguas indígenas faladas por mais de 300 etnias, ainda segundo a mesma fonte. Esses dados ilustram o avanço nas políticas de recenseamento, assim como na autodeclaração, pois ainda é uma realidade que pessoas indígenas e negras se autodeclarem brancas, o que demarca a falta de um letramento racial e, consequentemente, do auto pertencimento.

Assim, com o intuito de promover o bilinguismo e o multilinguismo entre as crianças e jovens, alguns escritores ao final de suas obras incluem um glossário. Acerca dessa especificidade, José Bessa Freire em *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (2004, p. 187), destaca que "[...] a inclusão de termos e expressões das línguas indígenas na literatura é essencial para a promoção e a preservação dessas línguas". Tal estratégia não apenas fortalece as línguas indígenas, como enriquece o repertório linguístico dos jovens e promove o respeito pela diversidade linguística.

As histórias contadas frequentemente abordam temas como a relação harmoniosa com a natureza, a importância do viver em comunidade, a valorização das tradições ancestrais e a luta pela preservação dos territórios indígenas, o que se relaciona com os direitos humanos. Ao ficcionalizar esses temas, os escritores contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica, possibilitando uma capacitação para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades e no mundo, pois a Literatura Juvenil desempenha um papel social e educacional crucial ao possibilitar o trabalho com os valores como, por exemplo, o respeito à natureza, a importância do espírito de comunidade e a sabedoria ancestral, que vem desde as gerações passadas e liga passado e presente a partir do pertencimento étnico-racial indígena.

Exemplos de outras obras e autores relevantes incluem Daniel Munduruku, que lançou no mercado editorial uma vasta produção literária voltada para os públicos infantil e juvenil: *Histórias que Eu Vivi e Gostei de Contar* (2010), *Meu Vô Apolinário* (2009), *Histórias que eu li e gosto de contar* (2011), *Histórias que eu ouvi e gosto de contar* (2012), *Histórias de índio* (1996), entre outras narrativas que celebram a cultura e seus preceitos, assim como suas cosmogonias, ambas indígenas.

Munduruku (2019, p. 83), que tanto é escritor literário quanto teórico, afirma que há uma estreita relação entre oralidade e escrita que não deve ser encarada como uma ruptura, mas sim como uma complementação. Para ele, a memória não permanece estática, mas busca incorporar novas tecnologias para se manter relevante, e a escrita é uma dessas tecnologias. Ademais, ressalta que a escrita representa uma forma contemporânea pela qual a cultura ancestral se mantém viva e relevante.

Na cena literária indígena, outros autores têm se destacado com seus trabalhos, a exemplo do antropólogo Ailton Krenak, que em 2024 se imortalizou na Academia Brasileira de Letras. Autor dos clássicos *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) e *Futuro Ancestral* (2022), Krenak vem tecendo uma crítica ao capitalismo, cujo foco tem sido o extermínio dos povos ancestrais e o apagamento de suas lutas, contribuições e cosmogonias. Outro autor, músico e produtor cultural é Cristino Wapichana, cujas obras *A boca da noite* (2016), *A cor do dinheiro da vovó* (2019), *A onça e o fogo* (2009), *A oncinha Lili* (2007) e *O cão e o curumim* (2018), corporificam as perspectivas e experiências singulares, via imaginário e próximas da realidade de jovens não-indígenas, potencializando a ampliação dos horizontes de significação.

No contexto da educação formal, a Literatura Juvenil Indígena tem sido cada vez mais incorporada nos currículos escolares, principalmente após a promulgação da Lei Federal Nº 11.645/08, que tornou obrigatória a inclusão da história e cultura indígena nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Brasil, 2008).

Em um diálogo com a legislação, Munduruku (2019) afirma que para a maioria dos 305 povos indígenas do Brasil, a escrita representa uma conquista relativamente recente. Tradicionalmente, esses povos privilegiaram a oralidade como principal meio de transmitir seus conhecimentos ancestrais e narrativas heroicas, uma prática que valoriza a palavra dos antepassados e requer das novas gerações o exercício da memória. Nesse sentido conforme destacado em uma notícia publicada online, Jan Assmann (2013) menciona que a memória cultural é constituída por heranças simbólicas e materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes mnemônicos que funcionam como

gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Além disso, remonta ao tempo mítico das origens, cristaliza experiências coletivas do passado e pode perdurar por milênios, pressupondo um conhecimento restrito aos iniciados. A memória comunicativa, por outro lado, restringe-se ao passado recente, evoca lembranças pessoais e autobiográficas e é marcada pela durabilidade de curto prazo, de 80 a 110 anos, de três a quatro gerações, aproximadamente, e, por seu caráter informal, não requer especialização por parte de quem a transmite, ou seja, vai acontecendo com seu próprio ritmo.

Na Literatura Indígena existe uma profundidade e qualidade literária que emergem de sua posição periférica e começam a desafiar essa dinâmica, conforme discutido por Santos (2015):

Os escritores indígenas individuais escrevem pela necessidade de defender sua identidade (ou indigenidade), sua cosmovisão, suas tradições, saberes e conhecimentos tradicionais. Escrever é uma forma de eliminar os intermediários e intérpretes indesejáveis, uma forma de mostrar-se e de conviver em igualdade de condições com a sociedade envolvente, manobrando um de seus instrumentos de dominação: a escrita em língua portuguesa (Santos, 2015, p. 53).

A potência de estética literária indígena no Brasil está emergindo da invisibilidade. Essa produção literária tem a capacidade de nutrir a resistência tanto nas comunidades urbanas marginalizadas quanto nos rituais sagrados, como o *toré*³. Originada das experiências com elementos naturais, como argila, ervas, sementes e folhas de palmeiras, bem como dos cantos e lamentos dos animais, é tomada pelo espírito protetor das florestas, que reclama e denuncia a destruição ambiental resultado do agronegócio e pela perda das aldeias, conforme lemos em Krenak. A Literatura Indígena faz parte de um mundo amplamente desconhecido para muitos, segundo o que pontua Graça Graúna (2014, p. 55), questão importante que ratifica estas discussões.

Portanto, conforme discutido nessas breves considerações, a Literatura Juvenil Indígena no Brasil é um poderoso instrumento de preservação cultural, de (re)construção da identidade indígena e de uma educação para as relações étnico-raciais, preconizada pela Lei nº 11.645/2008. Para as relações étnico-raciais, escritores(as) indígenas como Yaguarê Yamã, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara, Graça Graúna entre tantos(as) outros(as), estão na vanguarda deste movimento, utilizando suas obras e suas militâncias para transmitir a riqueza das culturas indígenas para as novas gerações. Através de suas escritas não apenas mantêm

³ O *Toré* é um ritual sagrado e uma dança tradicional de vários povos indígenas do Nordeste do Brasil e de Minas Gerais

vivas a memória ancestral, mas promovem um futuro em que a diversidade cultural é celebrada e respeitada. Essas vozes introduzem novas perspectivas no âmbito da teoria da literatura, da crítica literária e dos gêneros, ao mesmo tempo que diversifica as temáticas na cena literária brasileira, o que fortalece a posituação das representações das culturas indígenas através do trabalho com a literatura e de suas implicações junto aos leitores infantis.

2 O LUGAR DA LITERATURA PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INDÍGENA

O reconhecimento constitucional das línguas indígenas e o direito à educação bilíngue, a partir da Constituição Federal de 1988, possibilitou a emergência de uma nova figura no cenário educacional brasileiro: o professor indígena, figura essa ainda desconhecida por milhões de brasileiros. Contextualmente, com a criação de escolas indígenas, esses profissionais passaram a desempenhar um papel fundamental na transmissão de conhecimentos e na valorização das culturas indígenas, contribuindo para a construção de materiais didáticos adaptados às especificidades de cada comunidade, paralelamente ao fortalecimento da indigenidade⁴.

Para a maioria dos 305 povos indígenas que habitam o Brasil desde os tempos mais remotos, a escrita é uma conquista recente. Herdeiros de um saber ancestral preservado pelos sons das palavras dos antepassados, esses povos sempre elegeram a fala, a palavra dita e a oralidade como uma ferramenta fundamental para a transmissão de suas tradições. Através da tradição oral, as novas gerações eram impelidas a exercitar a memória, responsável pela preservação das histórias vividas e ficcionalizadas, destacando que atualmente são 274 línguas indígenas faladas pelas etnias, de acordo com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI.

A memória, ultrapassa os limites do tempo, cria uma conexão entre passado e presente, encontra repertórios, se atualiza e abre espaço para novos sentidos que se desdobram em novos rituais e práticas. Esses rituais, por sua vez, acolhem novos elementos, num movimento cíclico que se rememora ao longo da história com o intuito de preservar a indigenidade e a cultura dos povos indígenas brasileiros.

⁴ Advindo da Antropologia, *indigenidade* é um termo que envolve a relação dos povos indígenas com suas culturas, línguas e identidades a partir de um pertencimento étnico, considerando a terra como um espaço e recurso fundamental para a relação étnica dos povos indígenas, a partir da ideia de cuidado e proteção à natureza.

A memória indígena, nas palavras de Munduruku (2009, p. 36-37), é um processo criativo de atribuição de significados. Através dela, os povos indígenas reinterpretem o passado e constroem novas identidades, perpetuando, assim, sua cultura ao longo das gerações. Nessa acepção, a Literatura Indígena ao assimilar elementos da oralidade, apresenta uma especificidade que a distingue de outras literaturas, dado seu caráter social, histórico e antropológicamente situados. Entretanto, assim como na literatura africana ou negro-brasileira, a crítica literária precisa se aprofundar do escopo dessas obras, com o objetivo de valorizar a palavra, a estética e o processo de composição, entre o contexto cultural em que elas são produzidas e suas cosmovisões, além de uma estrutura que poderá não se assimilar às existentes, o que produz certo ineditismo e um desafio para os espaços acadêmicos.

Daniel Munduruku afirma que a escrita e a oralidade se complementam na construção de uma memória viva e dinâmica. A memória, para ele, se adapta às transformações sociais e culturais:

Há um fio muito tênue entre oralidade e escrita, disso não se duvida. Alguns querem transformar este fio numa ruptura. Prefiro pensar numa complementação. Não se pode achar que a memória não é atualizada. É preciso notar que a memória procura dominar novas tecnologias para se manter viva. A escrita é uma delas (isso sem falar nas outras formas de expressão e na cultura, de maneira geral). E é também uma forma contemporânea de a cultura ancestral se mostrar viva e fundamental para os dias atuais. (Munduruku, 2011, p.1).

As narrativas indígenas contribuem para a (re)construção e manutenção da memória? Para responder a essa pergunta, é fundamental analisar a articulação entre narrativa e história oral a partir de uma perspectiva indígena, considerando conceitos como experiência, oralidade, escrita, memória, indigenidade, narrador e experiência de fruição literária, a partir da recepção do texto literário juvenil indígena.

Ao explorar a memória como experiência coletiva que molda indigenidades, sociedades e culturas, somos levados a refletir sobre os chamados "lugares de memória", conceito central na obra de Pierre Nora (1993). Para esse autor, esses lugares são mais do que simples marcos geográficos, são constructos sociais que carregam em si as marcas do passado e moldam as identidades coletivas. Um exemplo disso são os monumentos aos "heróis" nacionais, que evocam memórias coletivas e reforçam o sentimento de pertencimento a uma única nação: "A historiografia, inevitavelmente ingressada em sua era epistemológica, fecha definitivamente a era da identidade, a memória inelutavelmente tragada pela história, não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória. (Nora, 1993, p. 21).

Nessa acepção, tal fato pode ser relacionado às vivências indígenas, especialmente na obra de Yaguarê Yamã, ao destacar como a memória coletiva de povos originários, antes perpetuada por meio da oralidade e da vivência cotidiana, é transformada em "lugares de memória" e lugares de fala. No caso da indígena, esses lugares se manifestam na literatura contemporânea, que resgata, registra e ressignifica as compreensões tradicionais em torno dessas indigenidades, criando um espaço de resistência e re-existência e preservação cultural diante da ruptura imposta pela modernidade e pela colonização.

Maria Inês Almeida, em seu livro *Desocidentada: experiência literária em terra indígena* (2009), explora a conexão entre a literatura indígena e a terra, destacando que, diferentemente da escrita ocidental, a escrita indígena envolve uma integração profunda e multiplicada entre o corpo da escrita, o corpo humano e o corpo da terra. Essa conexão revela a inseparabilidade entre os elementos que constituem a vivência indígena, onde a natureza e a cultura se entrelaçam de forma indissociável e fomentam um bem-estar coletivo. Essa visão é correlacionada nas palavras de Yaguarê Yamã que, em sua obra, resgata memórias de sua infância, como o momento em que a “makukawa entoava seu canto melancólico na floresta e os sapos coaxavam no igarapé próximo de sua casa”. Para ele e sua comunidade, esses sons da natureza eram sinais de que uma longa noite de histórias estava por começar, uma tradição que unia todos ao redor dos mais velhos, cujas histórias ancestrais ganhavam vida e passavam a compor a memória dos mais jovens, para a manutenção da história e da literatura oral.

Yamã ressalta a importância de preservar essas narrativas antes que os anciãos partissem e a arte de contar histórias fosse esquecida. Através de sua literatura, ele conseguiu registrar algumas dessas histórias, como a de *Watiamã-weipy't* - um aventureiro cômico, comparável a figuras icônicas como *Macunaíma* e *Baíra*, heróis que, como os contos indígenas, têm suas raízes fincadas na terra e na cultura de seus povos. Esse paralelo entre a visão de Maria Inês Almeida e a narrativa de Yamã evidencia a profunda conexão que a literatura indígena mantém com a natureza. Para os indígenas, a terra não é apenas um cenário ou pano de fundo, mas sim uma parte vital de sua indigenidade e de suas histórias, uma fonte contínua de inspiração e um elemento essencial para a composição de suas narrativas. Essa ligação, destacada por Almeida (2009), sublinha a importância de reconhecer e valorizar as formas únicas de expressão literária das culturas indígenas, que nos convidam a repensar nossa própria relação com o mundo natural e a repensar a cena literária e étnica contemporânea.

Jecupé (1998) discorre sobre a profunda ligação do indígena com o mundo natural, ressalta que sua cultura e civilização foram desenvolvidas em íntima conexão com a natureza. Ele destaca que, a partir dessa relação, esses povos criaram suas tecnologias, teologias,

cosmologias e sociedades, todas nascidas das experiências e interações com diversos elementos naturais, como a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e as formas de vida dos reinos animal, vegetal e mineral.

No entanto, é importante reconhecer que a memória não é apenas individual, mas também coletiva, e embora todos sejam incentivados a valorizar suas memórias pessoais, já que ela é uma referência de identidade, os seres humanos constroem suas experiências em comunidades, ou seja, coletivamente, e isso cria espaços para o registro de memórias, bem como para a afirmação de um lugar de fala próprio. Cabe ressaltar que a luta pelo reconhecimento e preservação das memórias é universal, como enfatiza Nora:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. (Nora, 1993, p.17).

Almeida e Queiroz (2004) argumentam que, ao adquirir e dominar a escrita, os indígenas brasileiros começaram a criar suas próprias narrativas históricas, utilizando a escrita como um instrumento para a configuração de suas identidades. Por sua vez, essas identidades não são vistas como essências fixas, mas como resultados de processos de identificação que estão vinculados a formações discursivas historicamente e ideologicamente determinadas e situadas.

Nesse sentido, quando falamos sobre a memória indígena, especialmente como ela se manifesta na literatura, percebemos que essa memória é vivida de dentro, de forma autêntica. Não se trata de uma memória preservada em museus, mas sim de uma que faz referência às identidades, que reconstituem e valorizam o passado e seus povos carregam a memória tradicional e sagrada, uma memória viva, registrando e repassando o simbólico, o extraordinário, uma guardiã de sua história e dos saberes que construíram desde os tempos mais remotos.

A memória é, ao mesmo tempo, passado e presente, que se encontram para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, perpetuados em novos rituais, que, por sua vez, abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo da história (Munduruku, 2019, p. 81).

No conto *A mãe da sanguessuga/Puy kangrag*, a presença da memória indígena é profundamente marcada pela integração entre o cotidiano e o sobrenatural, refletindo uma visão

de mundo em que os eventos extraordinários fazem parte da experiência vivida e são transmitidos através das gerações. O conto faz uma conexão com a memória indígena, conforme discutida por Nora (1993), cujo vínculo nos permite refletir sobre como a memória é vivida e transmitida nas culturas indígenas.

As memórias indígenas se manifestam na forma de narrativas carregadas de simbolismo e espiritualidade, representando a interação entre o mundo natural e o sobrenatural. A história da mulher que gemia, resguardando seu filho recém-nascido, nos remete a uma memória que é, ao mesmo tempo, vivida e sagrada. A figura da sanguessuga, que simboliza a presença de um mal sobrenatural, traz à tona a crença ancestral de que os espíritos e entidades sobrenaturais podem interagir diretamente com o mundo dos humanos, como destaca Jecupé (1998):

Cabe lembrar que tudo entoa: pedra, planta, bicho, gente, céu, terra. É assim, como me foi ensinado pelos meus avós, que as vidas acontecem. É para existir uma harmonia de forma, para compor tudo que entoa, grandes entidades da natureza, especialistas em escultura, arquitetura, engenharia, pintura, música, e operários da Criação trabalham incessantemente 225 dirigidos por divindades anciãs, a que chamamos —Nanderus, e pela própria mãe Terra que por sua vez são dirigidos pelos mais antigos antepassados, que se tornaram estrelas, os anciões da raça. (Jecupé, 1998, p.13).

Aqui a memória indígena se revela não como um simples registro do passado, mas como um testemunho vivo do extraordinário. É uma memória que não apenas retoma, mas que reinterpreta e recontextualiza experiências, mantendo a ligação com os saberes e crenças ancestrais. O papel dos pais da mulher, ao descobrirem e confrontar o ser maligno, corporifica o papel dos guardiões da memória cultural, aqueles que protegem e transmitem os conhecimentos e tradições sagradas. A história destaca o conceito de pertencimento a indigenidade. O confronto com o "bicho-visajento" e a posterior lamentação da mulher por seu filho refletem a complexidade das relações entre o humano e o sobrenatural, um tema recorrente nas memórias e narrativas indígenas, conforme discute Santos:

Os contos nelas presentes recuperam figuras sobrenaturais próprias do repertório das —ditas tradições folclóricas dos povos do Norte do Brasil: a Matintaperera, o Boto, o Curupira, a Mãe d'água etc. Ao recuperar esses seres, o autor chama a atenção de seu leitor para a filosofia indígena que acredita na existência dos encantados e, que a sua presença no mundo independe de nossa visão (de se enxergar com os olhos esses seres sobrenaturais). (Santos, 2015, p. 101-106).

Exemplificada a forma como a memória indígena é vivida de dentro para fora, sendo uma memória verdadeira e essencial para o fortalecimento da indigenidade, tal como Nora

descreve, essa memória não apenas preserva o passado, como reinterpreta e revitaliza a identidade cultural, possibilitando a manutenção viva da conexão com os saberes ancestrais.

Este trabalho foi o início da própria voz indígena [...] se fazer escrita. Mostrando suas iniciações interiores, suas percepções deste mundo que se desmorona e busca se reconstruir a cada dia. [...]. Por isso ele foi escrito no ritmo das inquietações do ser. No ritmo das memórias fragmentadas que lutam por formar uma coesão. Memórias que se agrupam para tentar encontrar o si mesmo de cada um e a importância das raízes ancestrais neste —si mesmo. (Jecupé, 2002, p.10).

O narrador da literatura indígena, na grande maioria das vezes, cabe ressaltar, escreve e fala a partir de um lugar de profunda conexão com suas raízes, ele não apenas narra eventos ou histórias, mas entrelaça suas próprias experiências com as vivências de seus ancestrais, criando uma tapeçaria rica de memória e ensinamentos. Suas palavras carregam a sabedoria de gerações, fundindo passado e presente em um fluxo contínuo de (re)conhecimento. A narrativa indígena é viva, pois a cada história contada não apenas se preserva a tradição, mas renova-a, adaptando-a às realidades contemporâneas enquanto mantém intacta a essência de seus ensinamentos e saberes. Na voz do narrador indígena de Yaguarê Yamã, o tempo se dissolve, e o que é contado ganha uma dimensão atemporal, cujas lições do ontem encontram relevância no hoje.

3 PERTENCIMENTO ÉTNICO-RACIAL A PARTIR DA LEITURA DA LITERATURA INDÍGENA.

Ao abordar a identidade étnico-racial indígena, é essencial considerar as identidades culturais e antropológicas, uma vez que as cosmovisões indígenas são compostas por uma vasta diversidade de povos, culturas, civilizações, crenças, organizações e modos de vida, tanto coletivos quanto individuais. Cada comunidade indígena se caracteriza como uma sociedade distinta, organizada com base em uma cosmologia própria que sustenta e orienta toda a sua vida social, cultural, econômica. Assim, apesar dessa grande diversidade, os povos indígenas partilham interesses comuns como, por exemplo, os direitos coletivos, a história da colonização e a luta pela autonomia sociocultural em relação à sociedade global (Luciano, 2006, p. 31).

A literatura indígena brasileira é um espelho que reflete a riqueza e a diversidade dos povos originários, funcionando como um espaço crucial para a afirmação da identidade e do pertencimento étnico-racial, o que fortalece o vínculo entre os integrantes das comunidades e seus leitores, via texto literário. Assim, através de suas narrativas, que se diversifica entre a

tematização de mitos, lendas, contos e poemas, os autores indígenas criam um mosaico vivo de suas histórias, culturas, cosmovisões e da contínua luta pela sobrevivência e pelo reconhecimento de suas indigenidade.

A cultura, com efeito, é um conjunto de sistemas simbólicos, de códigos que, de uma forma ou de outra, prescrevem ou limitam a conduta humana. O que nos sugere que a cultura implica ou requer mecanismos de cerceamento social. Ou, dito de uma maneira mais precisa, no interior de qualquer formação cultural as camadas dirigentes se valem de diversas formas discursivas e as transformam em ideologia para assegurar o seu domínio. (Reis, 1992, p. 1)

Reis (1992) afirma que a cultura faz parte de um conjunto de mecanismos que podem restringir, controlar e censurar indivíduos que se encontram, involuntariamente, às margens, uma vez que tende a apoiar aqueles que detêm o discurso dominante. Nessa assertiva, os que estão excluídos, sem acesso às mesmas oportunidades que tem o discurso hegemônico, buscam se apropriar de uma das formas de expressão, como a escrita, bem como socializar as experiências indígenas através da história, literatura, antropologia etc.

A produção literária indígena desempenha um papel vital na visibilidade e no reconhecimento das vozes indígenas, em uma sociedade marcada por estereótipos e preconceitos. As narrativas oferecem uma contranarrativa com o intuito de reescrever as representações distorcidas dos povos originários. Ao contar suas próprias histórias, os escritores indígenas combatem a invisibilidade que por muito tempo marcou a história do Brasil, com o objetivo de reivindicar espaço e legitimidade no panorama literário, como destaca Oliveira (2006):

Assim como o conceito de literatura, o conceito de cânone literário camufla a noção de poder e precisa ser discutido de forma abrangente e histórica, pois produz um tipo de saber que funciona como forma de dominação de um discurso sobre outros discursos. O critério para atribuir o estatuto literário a um determinado texto, canonizando-o (e excluindo a outros), é conferido por certas instâncias de legitimação a partir de determinadas condições históricas e ideológicas. Na definição corrente, cânone literário significa um conjunto de obras-primas, que devem ser estudadas e preservadas como patrimônio da humanidade, por serem consideradas paradigmas universais e atemporais: os clássicos. Tal definição naturaliza o processo de canonização das obras literárias, ocultando os mecanismos de poder a ele subjacentes. Para uma obra ser incluída na historiografia literária precisa receber um julgamento positivo da crítica literária, necessita corresponder aos valores que presidem os critérios eleitos por essa crítica em um determinado momento histórico. Embora a crítica procure alegar objetividade e neutralidade em sua avaliação das obras, sabe-se que, inúmeras vezes, as razões da exclusão de uma obra não passaram por questões textuais, e sim por questões extra-textuais: preconceitos de classe, etnia, sexo e outros, excluindo pobres, índios, negros, asiáticos, homossexuais, mulheres, etc.

A discussão de Oliveira (2006) é relevante para o contexto desta pesquisa, pois destaca os mecanismos de poder envolvidos na construção do cânone literário, um aspecto central para a análise crítica da coletânea *O Caçador de Histórias/ Sehay Ka'at Haría*, de Yaguarê Yamã. O autor argumenta que o processo de legitimação literária está profundamente atrelado às condições históricas e ideológicas que, muitas vezes, reproduzem formas de exclusão baseadas em preconceitos de classe, etnia, gênero e outros marcadores sociais. Essa perspectiva é necessária para compreender como as obras de autores indígenas, como Yamã, enfrentam desafios de reconhecimento dentro de um sistema literário que privilegia certos discursos em detrimento de outros. Desse modo, é sabido que a exclusão histórica de vozes indígenas do cânone literário reflete não apenas um apagamento cultural, mas também a perpetuação de desigualdades estruturais que se manifestam na própria concepção de literatura universal. Ao evidenciar essas dinâmicas, nossa intenção investigativa pode abordar como a ficção de Yamã questiona e ressignifica essas estruturas, promovendo uma literatura que carrega a memória ancestral e desafia os critérios tradicionais de validação literária. Essa análise permite, ainda, verificar o papel da crítica literária na ampliação de seus crivos para novas vozes e narrativas, contribuindo, assim, para a diversificação do cânone e a valorização da pluralidade cultural brasileira.

A literatura indígena é um veículo e espaço importante para a preservação da cultura. As histórias transmitidas de geração em geração carregam consigo um conhecimento ancestral profundo que abrange desde o manejo sustentável da natureza até complexas estruturas de organização social, incluindo a espiritualidade. A literatura torna-se, assim, uma forma de resistência cultural, um meio de manter vivas as tradições e saberes que correm o risco de desaparecer diante da pressão da modernidade/colonialidade e da globalização que busca apagar e exterminar os povos tradicionais.

As histórias indígenas estão profundamente conectadas aos mitos, às origens da humanidade e ao divino, segundo suas cosmovisões e modos de existência, com uma ênfase particular a terra e sua dinâmica. De outro lado, as publicações de livros de literatura indígena têm desempenhado um papel crucial em apresentar, consolidar e garantir esse espaço na historiografia literária. Nesse contexto, os escritores citados anteriormente, além de contribuírem individualmente para a literatura indígena, representam coletivamente suas comunidades e estão ativamente envolvidos nos âmbitos social, político e educacional.

Souza em seu trabalho *“Uma outra história: a escrita indígena no Brasil”* (2006), aponta que nas últimas duas décadas emergiram escritores indígenas que têm desenvolvido

narrativas onde o contador/autor é visto como um transmissor da história, e não como o autor no sentido tradicional. Ao repetir essas narrativas, essa figura incorpora toda a tradição oral de sua comunidade, trazendo consigo novas técnicas de narração que retomam a oralidade. Embora não seja o autor no sentido convencional, o contador utiliza métodos específicos da oralidade para engajar a plateia e transmitir as narrativas, tal como acontece com o contador de histórias convencionalmente presente nas práticas de leitura literária juvenil. O objetivo central desses novos livros, dentro do contexto da escola indígena contemporânea, principalmente a partir dos impactos da lei Nº 11.645/2008, é resgatar e revitalizar as culturas indígenas e abordá-las no contexto da sala de aula. Paralelamente, o fenômeno da recente escrita indígena revela o surgimento de uma cultura que transita e mistura as fronteiras entre a cultura escrita e a cultura oral (Souza, 2006).

Destarte, o fortalecimento da indigenidade é outro aspecto crucial da literatura indígena. Ao conectar-se com suas raízes culturais, os indígenas reafirmam seu sentimento de pertencimento, questão essencial para a coesão e sobrevivência de suas comunidades. Essa reconexão com a ancestralidade fortalece a autoestima e a resistência frente às adversidades impostas pelo mundo externo, principalmente contra a tentativa de extermínio, interdição e desapropriação dos indígenas através da política do “progresso”, opressões que têm sido rebatidas através do reforço do orgulho de ser indígena em todas as suas dimensões.

Nas últimas décadas, testemunhamos uma intensa luta por parte dos autores indígenas que conseguiram, através de muitos esforços, publicar suas produções objetivando apresentar as dinâmicas e suas pluralidades, para mostrar a potência da indigenidade e resgatar suas raízes, revivendo experiências do passado, via literatura. Esse processo ocorre através da transição da oralidade para a escrita, evocando lendas e mitos coletados pelos anciãos. Ao se voltarem para suas próprias tradições, rituais e para o território ao qual pertencem, esses escritores reconstróem suas memórias preservadas pela tradição e integrando antigos hábitos ancestrais. Dessa forma, tornam-se peças-chave na produção e fixação da memória dos povos indígenas e de extrema importância para as representações positivadas.

A escrita serve como uma ferramenta poderosa de resistência e afirmação cultural, permitindo que os povos nativos se apresentem sob uma nova perspectiva. Por meio dela, buscam reforçar e confirmar sua identidade, oferecendo uma representação autêntica de sua cultura e história. Nos últimos anos, Yaguarê Yamã tem emergido como uma figura central na luta pela reafirmação da identidade indígena, a partir da floresta amazônica, onde vive e produz suas obras, utilizando a escrita como um meio essencial para resgate e reinterpretação de suas raízes culturais e experiências históricas.

A escrita indígena situa-se, portanto, em um entre-lugar de produção e recepção literária: é local e também nacional, pois migra de uma comunidade produtora para várias comunidades receptoras, inclusive de não-índios; é marginal e também canônica, pois sua estética não recebe a mesma consideração que a estética de obras ocidentais, mas nasce em espaços que permitem a revisão do cânone. (Thiél, 2006, p. 235)

A citação de Thiél (2006, p. 235) realiza uma análise perspicaz sobre o papel da escrita indígena no contexto literário contemporâneo, evidenciando sua complexidade enquanto prática cultural e artística. Ao situar-se em um "entre-lugar", essa literatura desafia categorizações binárias ao transitar entre o local e o nacional, o marginal e o canônico. Essa característica híbrida revela o poder da escrita indígena em ampliar os horizontes da produção literária brasileira, ao mesmo tempo em que expõe as desigualdades estruturais que marcam a recepção de sua estética. A afirmação de que essa escrita permite uma revisão do cânone é particularmente relevante, pois sugere que ela não apenas questiona o monopólio das narrativas ocidentais sobre o espaço literário, mas também propõe novas formas de compreensão da identidade cultural e histórica do país.

Portanto, a escrita indígena se torna um espaço de resistência e reconstrução, essencial para a revalorização da diversidade cultural na literatura brasileira. Yamã, ao focar em sua própria herança cultural, mergulha profundamente nas tradições, cerimônias e rituais que definem sua identidade e a de seu povo. Sua escrita se torna um espaço onde a memória ancestral é mantida viva, mas também onde é reinterpretada à luz das realidades contemporâneas. A importância de seu trabalho vai além da mera preservação, está ativamente engajado em transformar a narrativa indígena, utilizando a escrita para desafiar e reescrever a história literária do Brasil.

4 O CAÇADOR DE HISTÓRIAS/SEHAY KA'AT HARÍA (2004), DE YAGUARÊ YAMÃ E O PODER DA LITERATURA JUVENIL INDÍGENA

No livro *O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*, publicado em 2004, há exatas duas décadas, o escritor indígena realiza um importante resgate da memória ancestral da nação *Mawé* ao relembrar as histórias de sua infância, muitas das quais foram contadas por seu pai, um notável narrador de aventuras e sua maior fonte de inspiração, como descreve Munduruku:

Esses povos traziam consigo a Memória Ancestral. Entretanto, essa harmônica tranquilidade foi alcançada pelo braço forte dos invasores: caçadores de riquezas e de almas. Passaram por cima da memória e escreveram no corpo dos vencidos uma história de dor e sofrimento. Muitos dos atingidos pela gana destruidora tiveram que ocultar-se sob outras identidades para serem

confundidos com os desvalidos da sorte e assim sobreviver. Esses se tornaram sem-terras, sem-teto, sem-história, sem humanidade. Tiveram que aceitar a dura realidade dos sem memória, gente das cidades que precisa guardar nos livros seu medo do esquecimento. (Munduruku, 2011, p. 2).

Yamã descreve com nostalgia os momentos em que, ao som do canto melancólico da *makukawa* na floresta e do coaxar dos sapos no igarapé próximo, todos sabiam que a hora das histórias havia chegado, esse era o sinal para se reunir ao redor das redes dos mais velhos para ouvir suas narrativas, preocupado com a possibilidade de a arte de contar histórias fosse perdida com a partida dos mais velhos. Ele se dedicou a preservar algumas dessas narrativas, dentre elas, destaca-se a história de *Watiamã-weipy't*, um herói engraçado que remete aos personagens míticos de outras culturas, como *Macunaíma* ou *Baíra*, do povo *Parintim*, como já mencionado.

A coletânea *O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haria* (2004) compila quatro aventuras de *Watiamã-weipy't* e outras histórias arrepiantes, típicas das narrativas preferidas do povo *Saterê-Mawé*. Essas histórias envolvem fantasmas e seres sobrenaturais e são profundamente conectadas com as crenças e mitos dos antecessores de Yamã, conhecidos como os *Urutópiaps*. A obra cria certo ineditismo na literatura brasileira contemporânea, desempenhando um papel crucial na valorização das culturas indígenas e na preservação da tradição oral.

Em *A mãe da sanguessuga/Puy kangrag* se exemplifica a profundidade e a complexidade das tradições orais indígenas. O conto narra o inquietante episódio de uma mulher que, após dar à luz e se encontrando em um estado de resguardo, seu gemido incessante, à noite, e o mistério em torno do recém-nascido que ela protege de olhares alheios, culminam em uma descoberta aterradora: a criança não é um ser humano, mas uma criatura monstruosa, uma sanguessuga, fruto de um demônio que a havia flechado durante seu período menstrual. A narrativa se desenvolve em um cenário de tensão e medo, culminando em uma reviravolta dramática quando a mãe da mulher, em um ato de desespero, joga a criança no fogo, revelando sua verdadeira natureza. (2004, p. 41)

O conto aborda elementos profundamente enraizados nas cosmovisões indígenas, como a relação com o sobrenatural, as práticas culturais ligadas à maternidade e a simbologia do respeito à vida e ao equilíbrio espiritual. Tais aspectos dialogam com a ideia de pertencimento étnico-racial indígena ao promover uma reconexão com narrativas ancestrais. A história reflete as explicações míticas que os povos indígenas dão para fenômenos do cotidiano, como enfermidades, mortes ou comportamentos incomuns. Nesse bojo, o pertencimento étnico-racial surge ao evidenciar que essas narrativas não são meramente entretenimento, mas instrumentos de preservação da identidade cultural e da memória ancestral, vinculando realidade e sagrado.

No início do conto, a narrativa apresenta a prática do resguardo pós-parto, evidenciando a relação afetiva entre a mulher e seu filho, além da crença no quebranto:

Era uma vez uma mulher que gemia muito. Ela gemia a noite toda. Essa mulher estava de resguardo. Não fazia muito tempo que tinha dado à luz uma criança, e por isso ficava deitada numa rede dentro de um quarto escuro. Não deixava ninguém se aproximar da criança, muito menos vê-la, pois dizia que se alguém olhasse para seu filho poderia dar quebranto. E a vontade da mãe era respeitada. (2004, p. 41)

O fragmento ilustra práticas culturais indígenas que resguardam a mãe e o bebê durante o período pós-parto, estabelecendo uma forte ligação entre a proteção física e espiritual. A crença no *quebranto*, uma ameaça espiritual que poderia ser transmitida por olhares externos, reflete a importância dessas práticas no fortalecimento do pertencimento étnico-racial, ao destacar a relevância de costumes tradicionais na preservação da identidade coletiva e individual, através do sagrado, corroborando para a divulgação dessas especificidades e, consequentemente, a tolerância religiosa.

A preocupação dos pais da mãe revela a importância da família como apoio emocional e cultural: “[...] os pais da mulher, porém, começaram a ficar muito preocupados com a filha. — Por que essa mulher geme tanto? Hoje à noite eu vou dar uma olhada — disse a mãe” (2004, p. 41). Esse momento sublinha a função central da família no cuidado e preservação dos valores comunitários. A ação dos pais vai além do cuidado físico, refletindo também uma preocupação com as dimensões espirituais, ao passo que reforça o vínculo, que é característico das cosmovisões indígenas, onde o bem-estar individual se entrelaça com o bem-estar coletivo.

A descoberta do caráter sobrenatural da criança, simbolizado pela imagem da sanguessuga, marca a ruptura entre o humano e o sobrenatural.

Quando chegou à noite, a mãe acendeu a lamparina, entrou no quarto, sem fazer barulho, e alumiou a rede em que a filha estava dormindo, dando de mamar para o bebê. Para sua surpresa, viu uma imensa sanguessuga chupando o seio da filha. Espantada, a mãe gritou: — O filho dela não é gente, é bicho!”. (Yamã, 2004, p. 41-42)

A revelação pela personagem-mãe destaca a importância de manter o equilíbrio entre o humano e o espiritual, algo fundamental nas culturas indígenas. A ruptura desse equilíbrio é vista como uma ameaça à harmonia e à coesão da coletividade, pois a cena reflete a visão de que forças sobrenaturais podem desestabilizar a ordem social, exigindo ações para restaurar a paz e a continuidade dos valores tradicionais.

O conflito é resolvido de maneira drástica, com a morte da sanguessuga: "Quando a criança sentiu o calor, transformou-se em sanguessuga, que se retorcia no meio do fogo, soltando gritos horríveis e estridentes, de arrepiar qualquer um que ouvisse" (Yamã, 2004, p. 43). Essa cena simboliza a resistência cultural frente a forças externas que ameaçam a identidade e os valores da comunidade. A imagem da criança transformada em sanguessuga e destruída pelo fogo é uma metáfora poderosa para exemplificar a luta pela sobrevivência cultural, onde a preservação dos valores coletivos se torna essencial para a identidade e a continuidade da cultura indígena.

A morte da mãe em decorrência do trauma e da perda de seu filho, a sanguessuga, representa a devastação dos laços familiares e espirituais, assim como a importância de um filho para uma mãe: "Mas ela não se conformava com o que tinha acontecido, chorava e se lamentava o tempo todo. Vivia agoniada, falando baixinho, como se estivesse conversando em segredo com alguém que ninguém via. Depois de alguns dias, ela morreu." (Yamã, 2004, p. 43). A tragédia ilustra a intensidade dos laços familiares na cultura indígena, onde a dor e o luto não afetam apenas o indivíduo, mas reverberam na coletividade. A morte da mulher é também um símbolo das consequências de um desequilíbrio espiritual, mostrando como as perdas individuais, assim como o luto e o estado de espírito/fragilidade do puerpério, podem afetar profundamente a dinâmica social e cultural da comunidade, especificamente das mulheres/mães.

O trecho "A mulher, na verdade, tinha engravidado de um demônio Ahiağ do tipo Karu'wara, que a flechara ao passar despercebido entre suas pernas quando ela estava menstruada." (2004, p. 43), demonstra como a tradição oral ressignifica eventos biológicos e sociais por meio da mitologia. Ao reinterpretar fenômenos como a gravidez e o nascimento através do prisma das crenças indígenas, o conto reafirma um olhar autêntico sobre o mundo, destacando como a cosmovisão indígena organiza e dá sentido à realidade.

O conto explora o papel da mulher e da maternidade no contexto indígena, ressaltando a conexão simbólica entre o corpo feminino, a terra e os ciclos da vida. A mãe, profundamente impactada pela perda do filho e pelo peso da tragédia, reflete os laços intensos que conectam os indivíduos e a comunidade. O fragmento, "Mas ela não se conformava com o que tinha acontecido, chorava e se lamentava o tempo todo" (2004, p. 43) evidencia o impacto emocional da experiência traumática, revelando como as perdas individuais são sentidas e elaboradas no coletivo. Essa perspectiva enriquece as reflexões promovidas pela literatura indígena, evidenciando sua capacidade de abordar questões fundamentais sobre identidade, pertencimento e a interdependência entre indivíduos e sua cultura, como o espaço afetivo.

Ao trazer à tona essas narrativas, a obra de Yamã não apenas preserva a memória cultural de sua comunidade, mas também fortalece o vínculo entre os leitores e suas raízes. Esse resgate reafirma o lugar das tradições indígenas no imaginário coletivo, ao mesmo tempo em que reivindica sua importância na formação de uma identidade étnica e cultural brasileira. Através desse diálogo, a literatura indígena contemporânea reafirma o pertencimento étnico-racial, valorizando a riqueza e a complexidade das tradições orais que sustentam a cultura e o modo de vida dos povos originários.

A narrativa em questão, carregada de simbolismo, vai além da mera ficcionalização, uma vez que oferece uma janela para o universo místico dos *Mawé*, abordando temas como o sobrenatural, a relação entre humanos e espíritos e as consequências de transgressões culturais e espirituais. Ao trazer essa e outras histórias para o público, Yamã abre uma fenda para que os leitores juvenis mergulhem nas narrativas de seu povo e passem por um processo de letramento literário indígena, na contramão do avanço da modernidade e pela homogeneização cultural.

Além de preservar essas narrativas, o escritor participa ativamente do movimento de descolonização dos saberes, via literatura e pedagogias decoloniais. Ao inserir as histórias indígenas no universo da literatura brasileira, a obra *O Caçador de Histórias/ Sehay Ka'at Haría* não é apenas uma coletânea de contos, mas uma poderosa ferramenta de resistência cultural e de reafirmação da indigenidade, transcendendo as fronteiras do literário, tornando-se um marco na luta pela preservação das tradições orais e pela valorização das culturas indígenas no Brasil, seja através de histórias como a da mulher que partiu uma sanguessuga, seja pela contribuição para a (re)construção de uma memória coletiva indígena que tem como arma a preservação dos saberes. Por fim, sua poética indígena a partir da indigenidade reafirma a importância dessas culturas na e para a formação da identidade nacional brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura indígena brasileira contemporânea ocupa um papel essencial na preservação e valorização da memória ancestral, sendo um veículo vital para a (re)construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao resgatar e reconstruir mitos, lendas e saberes tradicionais, ela oferece uma visão positiva do passado, ao mesmo tempo em que promove uma afirmação da indigenidade cultural no tempo presente. Assim, a obra de Yaguarê Yamã, "*O Caçador de Histórias/Sehay Ka'at Haría*", é um exemplo de como a escrita literária pode servir como um meio eficaz para a preservação da cultura e para o pertencimento étnico-racial.

Através de suas narrativas, Yamã não apenas revive o passado ancestral de seus povos, como viabiliza um espaço para o futuro, conforme pontua Ailton krenak em *Futuro Ancestral* (2022). Promove uma visão que se desvia do contexto colonial e abre caminho para a valorização da diversidade cultural de seus povos e a partir da Amazônia Brasileira. As histórias contidas em sua coletânea atuam como uma ponte entre gerações, transmitindo conhecimentos e tradições que são fundamentais para a coesão e continuidade cultural. Assim, a literatura indígena juvenil exerce um papel de grande importância na descolonização dos saberes ao passo que se inscreve na cena literária a partir da temática e autoria indígena, bem como pela complexidade das culturas indígenas, cravando um lugar para a estética literária indígena, paralelamente ao fortalecimento da autoestima de jovens leitores indígenas

Portanto, a obra de Yamã exemplifica como a literatura pode ser uma ferramenta de resistência e empoderamento, pois ao destacar e celebrar a diversidade cultural, esses escritores contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde a diversidade é reconhecida e valorizada. Destarte, a literatura indígena brasileira contemporânea não apenas resgata o passado, mas encabeça um papel ativo na formação de um futuro mais promissor para seus povos, via, ficcionalização e representação, desafiando as lógicas que tentam silenciá-las ao mesmo tempo que promove uma compreensão mais profunda e rica das contribuições culturais dos indígenas para a formação cultural, histórica, social e política brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inês de, QUEIROZ, Sônia. **NA CAPTURA DA VOZ: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica: FALÉ: UFMG, 2004.

ALMEIDA, Maria Inês de. **Desocidentada: experiência literária em terra indígena**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ALMEIDA, M. I. **Ensaio sobre literatura indígena contemporânea no Brasil**. Orientador: Prof. Dr. Amálio Pinheiro. 1999. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msckid=0c0d30>. Acesso em: 28 jun. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **As leis e a educação escolar indígena**. Programa Parâmetros em Ação. Brasília: MEC/SEF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Legislacao%20miolo.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CARVALHO, Ana Carolina. **LITERATURA INDÍGENA:** com a palavra, os indígenas. São Paulo: Editora Peirópolis Ltda., [s.d.].

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA:** Criação, crítica e recepção [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. 424 p. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 08 abr. 2024.

DOURADO , Flávia. **Memória cultural:** o vínculo entre passado, presente e futuro. 23/05/2013: Flávia Dourado, 23 maio 2013. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>. Acesso em: 24 jul. 2024.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Rio Babel: **A história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Afreire-2011-rio/Freire_2011_Rio_Babel.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Ailton Krenak é o primeiro indígena a se tornar 'imortal' da Academia Brasileira de Letras. *FUNAI*, publicado em 06 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-a-se-tornar-2018imortal2019-da-academia-brasileira-de-letras>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias. *FUNAI*, fevereiro 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias>. Acesso em: 24 jun, 2024.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

IBGE. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. **Brasília:** IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 24 jun. 2024.

JECUPÉ, Kaká Werá. **Todas as vezes que dissemos adeus.** 2ª ed. São Paulo: Triom, 2002.

JECUPÉ, Kaká Werá. **A TERRA DOS MIL POVOS:** história indígena do Brasil contada por um índio. 1. ed. São Paulo: Editora Peirópolis, 2020.

JECUPÉ, Kaká Werá. **As fabulosas fábulas de Iauaretê**. São Paulo: Peirópolis. 2006.

Krenak, Ailton. (2017). **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

Krenak, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

MUNDURUKU, Daniel. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. **Revista Emília**, 02 out. 2011. Disponível no link: <https://emilia.org.br/escrita-indigena-registro-oralidade-e-literatura/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias de índio**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1996.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias que eu li e gosto de contar**. São Paulo: Callis Editora, 2011.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias que eu ouvi e gosto de contar**. São Paulo: Callis Editora, 2012.

MUNDURUKU, Daniel. **Histórias que eu vivi e gosto de contar**. São Paulo: Callis Editora, 2006.

MUNDURUKU, Daniel. **Índio ou indígena?** [vídeo]. Youtube, 27 de dez. de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/4Qcw8HKFQ5E>. Acesso em: 17 jun. 2023.

MUNDURUKU, Daniel. **Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória**. São Paulo: Studio Nobel, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 jun. 2024.

OLIVEIRA, Vanderlêia da Silva. **Concepções sobre literatura, cânone, texto literário e ensino: um confronto entre os discursos docente e discente**. V SELESIGNO e VI SIMPÓSIO DE LEITURA DA UEL. Londrina, 2006.

PEREIRA, Danglei de Castro; OLIVA, Luzia Aparecida (Orgs.). **LITERATURAS DE AUTORIA INDÍGENA**. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/199>. Acesso em: 24 jun. 2024.

POTIGUARA, Eliane. **Identidade Indígena**. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/mseducacaogeneroracaetnia/article/view/6769/6625#:~:text=A%20identidade%20ind%C3%ADgena%20%C3%A9%20constru%C3%ADda,com%20suas%20pr%C3%B3prias%20cren%C3%A7as%2C%20cosmovis%C3%A3o>. Acesso em: 08 Abr, 2024.

POTIGUARA, Eliane. In: **Poesia Indígena Hoje**. Número 1. agosto de 2020. p. 110-113

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (org.) **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SANTOS, Jasminny Rodrigues de Costa. **O desvelar das identidades indígenas na obra “Ay kakyri tama: eu moro na cidade”, de Márcia Wayna Kambeba**. Orientador: Prof. Dr. André Marques do Nascimento. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. **Uma outra história, a escrita indígena no Brasil**. 2006. Disponível no link: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativasindigenas/autoria-indigena/uma-outra-historia,-a-escrita-indigena-no-brasil>. Acesso em: 18 Jun. 2024

THIÉL, Janice Cristine. **Indígenas e a Formação do Leitor Multicultural**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013.

WAPICHANA, Cristino. **A boca da noite**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zit Editora, 2016.

WAPICHANA, Cristino. **A cor do dinheiro da vovó**. 1. ed. São Paulo: Edebê, 2019.

WAPICHANA, Cristino. **A onça e o fogo**. 1. ed. São Paulo: Amarilys Editora, 2009.

WAPICHANA, Cristino. **A oncinha Lili**. 1. ed. Brasília: Edebê, 2007.

WAPICHANA, Cristino. **O cão e o curumim**. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

YAMÃ, Yaguarê. **O caçador de histórias – Sehay ka'at haría**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.